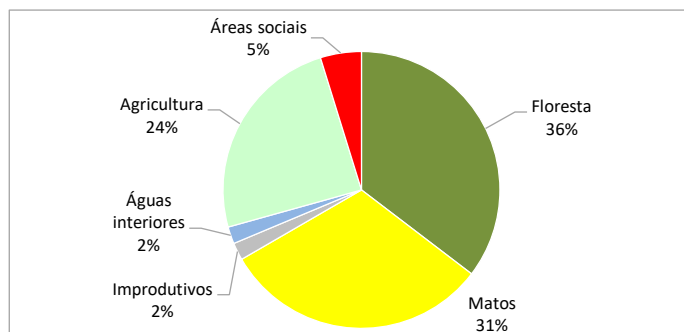


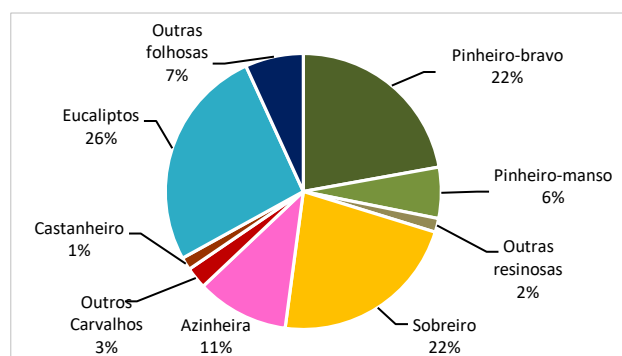
1. A terra e os recursos

a. USO ATUAL DO SOLO

Uso do solo	Continente	Madeira	Açores	PORTUGAL
Floresta	3 224 200	32 300	48 500	3 305 000
Matos	2 766 200	28 900	23 000	2 818 100
Improdutivos	191 700	3 500	3 200	198 400
Águas interiores	192 800	200	1 100	194 100
Agricultura	2 092 900	9 400	138 600	2 240 900
Áreas sociais	442 400	5 800	17 900	466 100
Totais (ha)	8 910 000	80 100	232 300	9 222 500



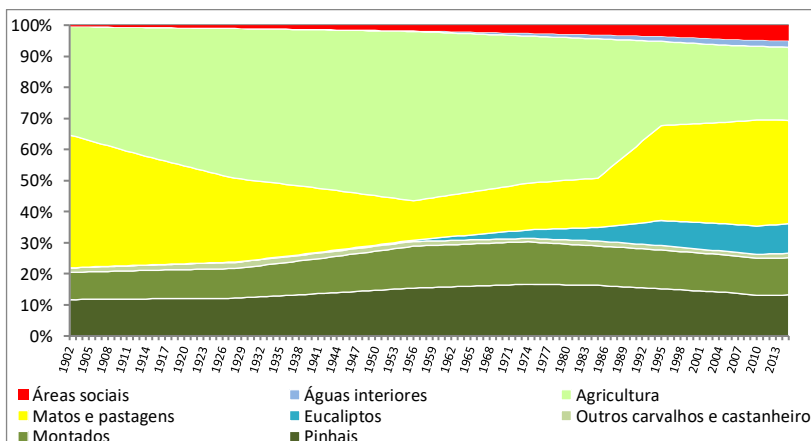
A floresta é o principal uso do solo no território português e, no seu conjunto, os espaços silvestres abrangem cerca de 70% do país. Fontes: ICNF (6.º IFN-2015), IFCN (2.º IFRAM-2015) e DRRF (IF RAA-rev 2007).



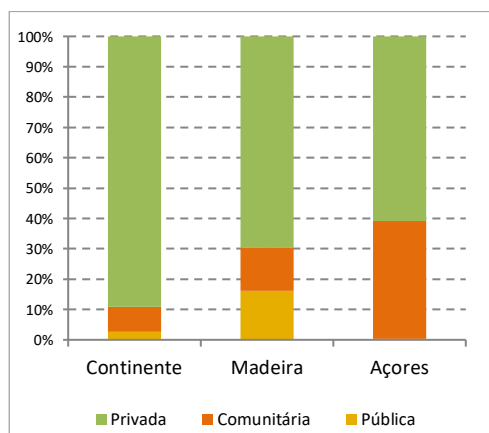
A floresta do **Continente** é dominada por espécies autóctones, salientando-se os carvalhos (incluindo sobreiro e azinheira, cerca de 36% do total) e os pinheiros (cerca de 30%). Os eucaliptais ocupam 26% da superfície florestal e a restante área é distribuída por espécies de menor expressão (incluindo castanheiros, alfarrobeira, acácias, medronheiro, choupos, espécies ribeirinhas e outras resinosas). Nos **Açores** predominam o incenso (24 kha), as formações de laurissilva e cedro (22 kha), a criptoméria (12 kha), a acácia-austrália (4,3 kha), o eucalipto-comum (3,6 kha) e a faia-das-ilhas (2,4 kha). Na **Madeira** a laurissilva ocupa 15 kha, seguida do eucalipto-comum (7,3 kha), do pinheiro-bravo (4,1 kha) e das acácias (2,4 kha).

b. EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

No último século ocorreram mudanças significativas no uso do solo e na ocupação florestal do território continental. Se na primeira metade do século XX se assistiu a um crescimento significativo das áreas afectas aos usos agrícola e florestal, à custa da área de matos e pastagens espontâneas ("incultos"), a partir da década de 1950 a área agricultada contrai de forma substancial e na década de 1990 a área florestal decresce ligeiramente. No uso florestal, ao crescimento da superfície de pinhal-bravo, com apogeu na década de 1980, sucedeu a sua sensível diminuição, salientando-se igualmente o rápido aumento do eucaliptal já na década de 1960.



c. REGIME DE PROPRIEDADE, GESTÃO PÚBLICA E CADASTRO

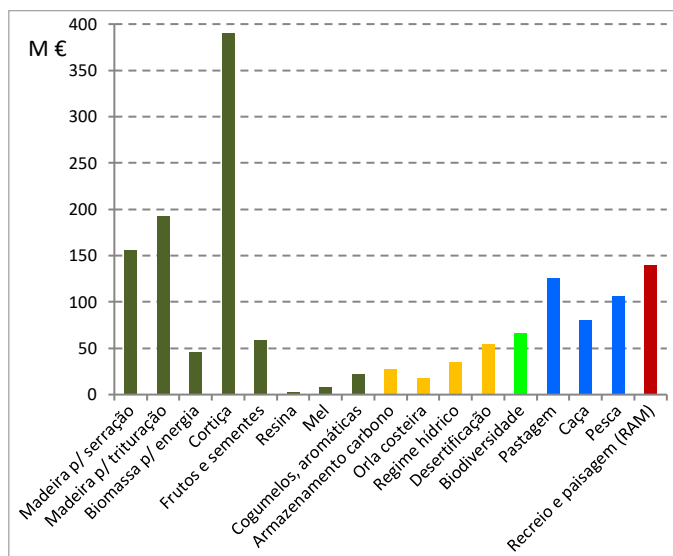


Apenas cerca de 3% dos terrenos florestais são detidos por entidades públicas (Estado e outros entes públicos), sendo o remanescente detido por **comunidades locais** (configurando os terrenos que são designados por "baldios", cerca de 6%, em grande parte submetidos ao regime florestal parcial obrigatório) e por **proprietários privados (91%)**, cujo número ascende a várias centenas de milhar, sendo 4% geridos por empresas industriais.

Ao ICNF compete gerir 62 551 ha de terrenos do Estado e assegurar a cogestão a mais de 300 000 ha de terrenos comunitários submetidos ao regime florestal. São **11,7 milhões os prédios rústicos** inscritos na matriz (portanto com uso agro-florestal) e **1172 unidades de baldio**, sendo que **apenas 46% dos espaços florestais possuem cadastro predial**, estando em execução para os concelhos sem cadastro um regime experimental de **sistema de informação cadastral simplificado**. Estima-se que mais de **20% do território não possui dono ou este é desconhecido**.

2. A importância e organização do setor florestal

a. CONTRIBUTO PARA A ECONOMIA NACIONAL



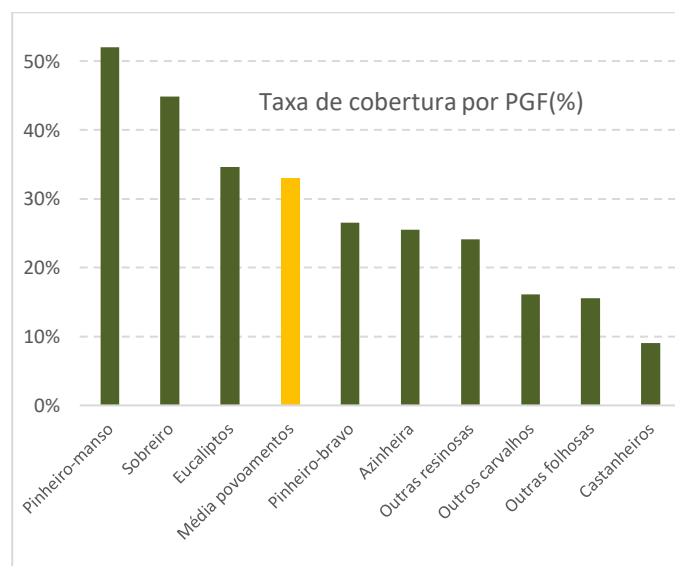
Segundo os valores apurados pela **Estratégia Nacional para as Florestas (EFN, 2006)**, a floresta e os espaços associados **contribuem anualmente para a economia com 982 milhões de euros**, sem ser aqui contabilizado o valor relativo ao recreio e valorização da paisagem (é contudo indicado no gráfico o valor apurado mais recentemente para **recreio e paisagem**, só para a RA da Madeira).

À função de **produção** estão associados 876 M€ (correspondente a 63% do valor bruto), à função de **proteção** 136 M€ (10%), à função de **conservação** 66 M€ (5%) e à função de suporte da **silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores** 312 M€ (22%). Aos custos dos incêndios florestais, pragas e espécies invasoras exóticas está igualmente associado um valor, negativo, de **-394 milhões de euros anuais**.

As fileiras florestais tradicionais (silvicultura, caça, pesca e silvoindústrias) são responsáveis por cerca de **93 000 empregos**, sobretudo em regiões deprimidas do ponto de vista económico.

b. POLÍTICA E PLANEAMENTO FLORESTAL

O setor florestal português está subordinado aos instrumentos de administração política previstos na Constituição de 1976 e ao estabelecido pela **Lei de Bases da Política Florestal (1996)** e demais legislação específica. A evolução global do setor é definida pelos programas dos governos e pela **Estratégia Nacional para as Florestas** (aprovada em 2006 e atualizada em 2015), a qual é traduzida territorialmente por **22 PROF (planos regionais de ordenamento florestal)**, dos quais 21 cobrem o território do Continente (serão 7 após a revisão em curso) e 1 abrange a RA da Madeira. As matas públicas e comunitárias, as propriedades privadas acima de determinada dimensão e as ZIF (zonas de intervenção florestal) devem possuir um **PGF (plano de gestão florestal)**. No Continente, os **PGF aprovados** (incluindo planos de utilização de baldios), cobrem **2 Mha** e abrangem **35%** dos povoamentos florestais. Os povoamentos de pinheiro-manso, de sobreiro e de eucalipto exibem uma taxa de cobertura por PGF superior à média nacional.



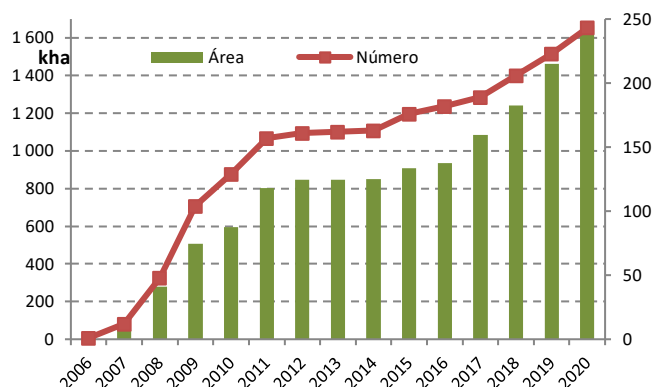
c. AGENTES

A definição e execução da política florestal cabe ao **Ministério do Ambiente e da Ação Climática** e, nas regiões autónomas, às **secretarias regionais da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Açores)** e do **Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (Madeira)**. O ICNF desempenha as funções de **autoridade florestal nacional** e, também, as de **autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade**. Na matriz seguinte estão representados os principais agentes, segundo a área de atuação.

Área de atuação	Agentes (públicos e privados)																																						
Planeamento e política	ICNF	DGAV	INIAV	AGIF	GPP	AGPDR, AGPOSEUR e AG regionais	DGADR	IFAP	DRAP	APA	DGT	DGAE	DGEG	CCDR	ANEPC	GNR, PSP e PJ	ANQEP, DGE e IEFPP	Forças Armadas	Instituições de ensino superior	Administrações regionais	Autarquias locais	Ordens profissionais	OPF e EGZIF	Órgãos de gestão dos baldios	Org. de produtores pecuários	Org. de produtores aquícolas	Organizações da caça	Organizações da pesca	Org. de prestadores serviços	Org. de empresas industriais	Org. de empresas comerciais	Org. de empresas turísticas	Org. interprofissionais de fileira	Organizações sindicais	Assoc. científicas e profissionais	ONGA	AH de bombeiros voluntários		
Gestão e infraestruturas																																							
Protecção florestal																																							
Fileiras silvoindustriais																																							
Apoio ao investimento																																							
Fiscalização e polícia																																							
Formação profissional																																							
Ensino e investigação																																							

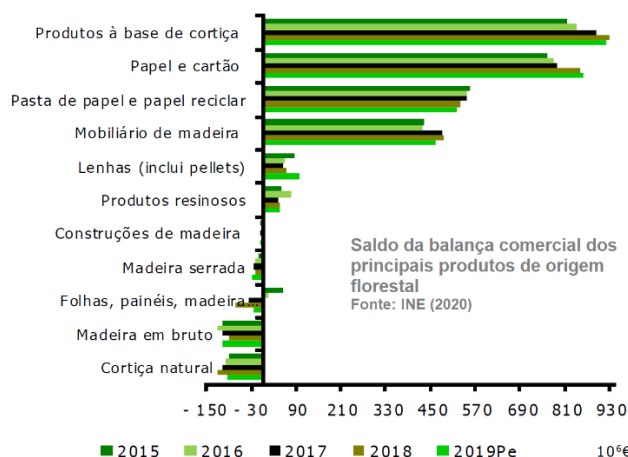
d. ASSOCIATIVISMO E ZIF

A promoção do associativismo dos proprietários e gestores dos recursos silvestres (inc. caça e pesca) tem sido, desde há algumas décadas, um dos principais objetivos de política. Atualmente estão registadas no ICNF **150 organizações de produtores florestais (OPF)**, nas quais se incluem associações de proprietários, cooperativas florestais ou com secção florestal, e suas federações, sendo **77% de nível municipal**, a que **acrescem 6 entidades de gestão florestal (EGF)** reconhecidas. Desde 2005 assistiu-se a uma grande expansão da gestão conjunta do território através das ZIF, que neste momento abrangem **1,7 Mha** e agregam mais de **23 000 proprietários aderentes voluntários** e **84 entidades gestoras** (entre associações, cooperativas e empresas).



3. Função produtiva

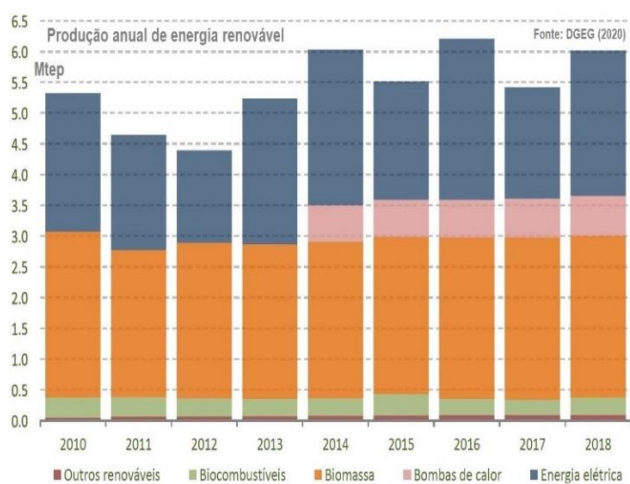
a. PRODUÇÃO FLORESTAL E COMÉRCIO EXTERNO



As árvores na floresta portuguesa possuem um **volume total de 188 milhões de m³**, e em média produzem anualmente **11,5 milhões de m³ de madeira**, sobretudo toros e rolaria de eucalipto e pinheiro-bravo, e **100 kton de cortiça**, que representam 50% da produção mundial. São ainda relevantes as produções de **resina (8 kt)**, de **pinha (70 kt)** e de **castanha (25 kt)**, para além de inúmeros outros produtos silvestres, que abastecem diversas fileiras silvoindustriais.

O VAB da **Silvicultura e Exploração Florestal é de 800 milhões de euros**; as principais fileiras representam **1,7% do VAB nacional (2018)**, enquanto no seu conjunto **o setor florestal vale 1,5% do PIB nacional**. Os produtos florestais garantem, em média, **9% das exportações (em valor)**, com uma elevada taxa de incorporação de valor nacional (71%) e **cobrem quase todo o défice da balança comercial alimentar portuguesa**.

b. FLORESTAS E ENERGIA



A **biomassa florestal constitui uma das principais fontes de energia hoje utilizadas em Portugal** e é, dentre as renováveis, aquela mais facilmente utilizável em qualquer período do ano. Numa avaliação recente estimou-se em até **8,3 Mt/ano a disponibilidade potencial de biomassa** para produção de energia (origens floresta e indústria transformadora). Segundo a DGEG (2020), cerca de **41% da produção de energia renovável provém da biomassa da fileira florestal [2,48 ktep]**, a qual corresponde a **12% do total de consumo de energia final do país**. No que respeita ao sistema eletroprodutor, **a potência instalada é de 709 MW (≈5% do total das renováveis)**, dos quais **242 MW sem cogeração (10 centrais dedicadas)**. São muito relevantes as **lenhas** e o **carvão vegetal** para consumo industrial e doméstico, sendo a **produção de carvão de 16,8 mil toneladas anuais** na última década. É, ainda, significativa a produção portuguesa de **peletes**, com **800 kton anuais**, da qual 80% para exportação.

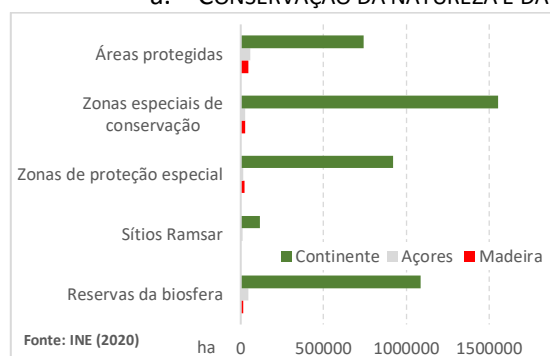
c. OS RECURSOS ASSOCIADOS À FLORESTA

Boa parte dos espaços florestais tem **utilização silvopastoril**, seja em subcoberto de arvoredo (em **30% dos povoamentos**, variando de 12% em eucaliptais a 71% em azinhais), seja em pastagens melhoradas (p.ex. nos perímetros florestais açoreanos), seja ainda nas áreas de matos e pastos espontâneos. As principais **raças autóctones**, incluindo o porco preto, os bovinos serranos, o garrano ou o gado bravo, vivem nos espaços florestais. Por outro lado, em 2020, cerca de **89% do território estava ordenado para a caça (5 102 zonas de caça)** e foram emitidas **117 436 licenças de caça**. Na pesca nas águas interiores eram **295 as zonas de pesca concessionada** (mais 23 zonas de gestão específica) e **115 103 as licenças de pesca emitidas**. Existiam **3 postos aquícolas do ICNF** (mais 5 outros públicos no país) e **41 unidades aquícolas autorizadas** em água doce, 23 das quais activas. Em 2018 produziram-se **697 t de peixe**, 95% trutas (INE).



4. Florestas e ambiente

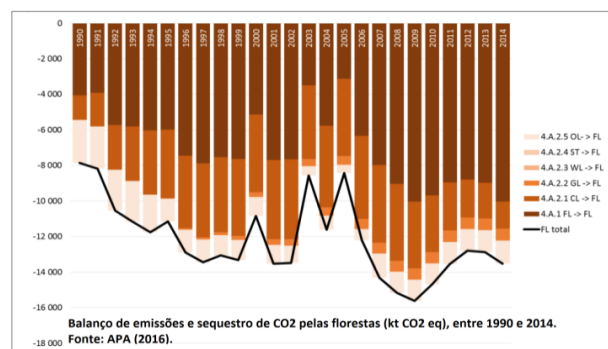
a. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE



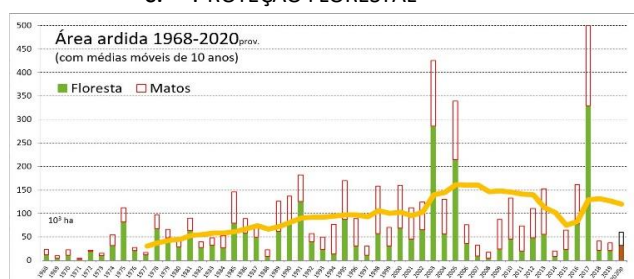
Nas **áreas protegidas**, que se estendem por **845 000 ha** e **9,1% do território nacional**, estão reunidos os mais valiosos espaços silvestres portugueses, do ponto de vista conservacionista e paisagístico. No Continente as florestas ocupam **22% da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)**, territórios com um elevado valor científico, educativo e turístico. Segundo os dados do IFN, **20% dos povoamentos florestais** e **23% dos matos** são quadráveis na Diretiva Habitats; **73%** estão num estado de conservação médio ou bom. No **Sistema Nacional de Áreas Classificadas** sobressaem ainda os bens classificados como **Património Mundial** pela UNESCO (tais como a **Floresta Laurissilva da Madeira** e a **Paisagem Cultural de Sintra**) e a **Rede Natura 2000**, no âmbito da qual são protegidos **27 habitats** com dossel arbóreo.

b. POLÍTICAS CLIMÁTICAS E DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

As florestas contribuem de forma significativa para o sequestro e armazenamento de carbono e Portugal foi dos poucos países que elegeu, para cumprimento do Protocolo de Quioto (2008-2012), as atividades florestais como forma de compensar as emissões de gases com efeito de estufa com origem noutros sectores - a **floresta nacional é um reservatório de 334 Mt CO₂eq [de carbono] e sequestra 8,7 Mt CO₂eq por ano, cerca do dobro das emissões da nossa indústria**. Por outro lado, o **combate à desertificação e degradação do solo** implica a adoção de uma estratégia especial para os **63% do território do Continente (mais parte da RA da Madeira)** classificados como **“susceptíveis”**, nos quais a **floresta regrediu 2% entre 1995 e 2010**.



c. PROTEÇÃO FLORESTAL

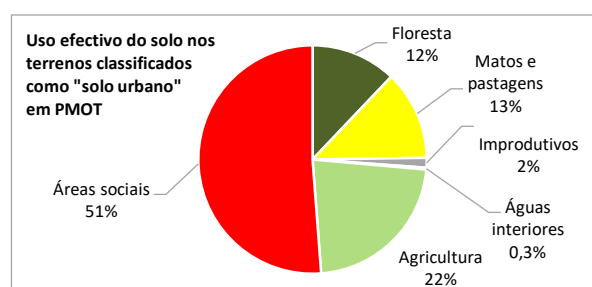


Os **incêndios florestais**, as **tempestades**, a **seca**, as **pragas** e as **espécies exóticas invasoras** constituem os principais fatores naturais de ameaça à sustentabilidade dos usos florestais. No Continente e na Madeira os **incêndios recorrentes** e as **pragas** (sobretudo em pinhal, eucaliptal e quercíneas) são responsáveis pelas maiores perdas de superfície arborizada e de produtividade, com **63 000 ha de área ardida anualmente** no último decénio (média). Nos Açores, as **invasoras** e as **tempestades** são os principais fatores limitantes.

5. Recreio, turismo e valorização da paisagem

a. FLORESTAS URBANAS E PERI-URBANAS

É crescente a urbanização da população portuguesa: em 2011, **61% da população reside em aglomerados com mais de 2 000 habitantes**. Nos instrumentos de gestão territorial o “solo urbano” (incluindo quer o solo total ou parcialmente urbanizado, quer o solo afeto à estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano) abrange cerca de **550 000 ha**, dos quais **12% possuem floresta** e **15% outros espaços silvestres**, assumindo as florestas urbanas e peri-urbanas cada vez maior importância na qualidade de vida dos cidadãos, como o demonstram o Parque Florestal de Monsanto (Lisboa), a Mata Nacional do Choupal (Coimbra) ou o Parque Florestal de Amarante, entre outros.



b. FLORESTA, RECREIO E TURISMO



As florestas estão entre os mais importantes recursos turísticos nacionais, por vezes associadas a monumentos construídos (eg. Mata Nacional do Buçaco ou o Parque da Pena). Alguns casos de estudo dão uma dimensão desse valor: a **Floresta Laurissilva da Madeira** possibilita uma oferta turística que vale mais de **140 M€ anuais** [Rego, 2012]; um estudo económico realizado para a **Mata Nacional de Leiria** avaliou em **4,1 M€ anuais** o valor associado às atividades de recreio na Mata pelos residentes dos concelhos vizinhos [Oliveira, 2012]. Nos Açores existe uma rede de **reservas florestais de recreio** (26, com **375 ha**) e na Madeira uma rede de **parques florestais** (7) e de **áreas de recreio e lazer** (23). No Continente, nas áreas submetidas ao regime florestal (perímetros florestais e matas nacionais) existem **231 equipamentos florestais de recreio**, para além de **14 parques florestais** (peri)urbanos na jurisdição do ICNF.